

Relato sobre o 1º Seminário Regional do CEO – UFF

Consoante a proposta do recém instituído Centro de Estudos dos Oitocentos (CEO), durante três dias, em quatro sessões diárias, historiadores de diversas universidades encontraram-se para expor seus trabalhos e ouvir críticas e sugestões de colegas. Esses estudiosos - professores e pós-graduandos com pesquisas sobre o longo século XIX – divulgaram os resultados de suas investigações, ao mesmo tempo em que aperfeiçoaram o diálogo interinstitucional. Oriundos da UFF, UFRJ, UERJ, UNIRIO, PUC-RJ, UFMG, UFJF, UFSJR (Universidade Federal de São João Del Rei), UEL (Universidade Estadual de Londrina), UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro-Oeste/Paraná), UFSC, UNICAMP e USP, os participantes do seminário contribuíram para enriquecer o intercâmbio acadêmico e evidenciaram a necessidade de novos encontros, com o objetivo de continuar o debate.

As comunicações apresentadas expressaram variedade de objetos e contemplaram diversas regiões do país, levando não só a novas abordagens, mas também abrindo a possibilidade de uma revisão historiográfica dos temas tratados. Os trabalhos versaram basicamente sobre as regiões dos atuais estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Temas pouco explorados, como a escravidão no Sul do país, parecem estar despertando maior interesse entre os historiadores, que atualmente levantam diversas fontes em busca da experiência escrava na região. Em última análise, trata-se de construir um passado para além da colonização européia, redefinindo as balizas temporais e ampliando o conhecimento histórico sobre dos indivíduos que lá viviam, produziam e organizavam-se. Isto vem permitindo tratar de questões relativas às relações de trabalho, à emancipação, ao movimento abolicionista e ao pós-abolição.

No mesmo sentido, as pesquisas nos estados restantes inclinam-se para temas ligados às demais relações de trabalho e não somente ao escravo. A produção no âmbito do pequeno produtor rural - fosse ele livre, liberto ou forro - foi um dos problemas discutidos, pensando-se em

formas de trabalho e nas estratégias de sobrevivência e de ascensão social. A produção familiar, o emprego da mão-de-obra escrava ou livre e as redes de sociabilidade estabelecidas com os grandes proprietários de terras e de escravos compreendem experiências reveladoras do cotidiano, dos valores, dos costumes e das relações sociais e de poder vivenciadas por essas pessoas comuns, que habitavam regiões distantes dos grandes centros urbanos. Desta forma, muito do que desconhecíamos de pequenas vilas e cidades, ou até de comarcas no interior do país, está sendo trazido à luz, por meio de fontes variadas, como inventários (dos maiores senhores aos menores produtores) dos processos criminais, dos registros paroquiais, das listas nominativas, da documentação cartorial, dos ofícios dos presidentes de província etc.

Além disso, houve comunicações que revelaram pesquisas sobre as relações familiares através de dados demográficos, os quais demonstram índices de casamentos, exposição de crianças, natalidade e óbitos, que refletem as mudanças sócio-econômicas pelas quais passaram cidades como São João del Rei. Em outro momento do seminário, os estudos da condição feminina nos lares no século XIX, as atividades que ocupavam e os ritos domésticos investigados alargaram o conhecimento das relações de gênero no período, além de mostrar as dificuldades em termos de fontes para tal abordagem.

No caso do Estado Imperial, as investigações apontaram para dois caminhos já consagrados pela historiografia, mas que estão sendo problematizados ou ampliados por pesquisas de reconhecida importância. De um lado, as questões ligadas à esfera política, dos conflitos que permearam a sua constituição, bem como as permanências e as transformações ocorridas ao longo do período. Assim, a participação dos membros das lojas maçônicas no processo de Independência; as representações que portugueses e brasileiros teceram reciprocamente antes, durante e depois do processo de independência política; as revoltas contrárias ao poder central; a constituição de redes de influência junto aos poderes constituídos; e as refregas político-partidárias são algumas das questões que fomentaram férteis e acalorados debates. As pesquisas em torno dos nomes que compunham o Conselho de Estado e

a atuação do Imperador D. Pedro II usando ou não as suas atribuições de Poder Moderador apontam para uma revisão das interpretações acerca da força política daquelas instituições. Em termos das conhecidas diferenças e semelhanças na composição partidária que vigorou durante o Império, notou-se uma certa tendência por parte dos pesquisadores em problematizar as tênues linhas que separavam os grupos em partidos políticos e o questionamento dos motivos que levaram à queda da Monarquia.

A constituição de outras instituições participantes da administração do Império também fez parte das comunicações. Conhecer as diversas atribuições da imprensa régia - como os serviços de tradução de obras clássicas européias - e a constituição do ensino militar no país através das suas academias revelaram as possibilidades de conhecer a formação educacional dos homens que assumiram cargos e funções de imenso poder na administração do então jovem país. Dois dos mais lembrados oficiais do Exército no século XIX, Caxias e Osório, são representantes emblemáticos dessa elite e tiveram seus nomes ligados às revoltas e guerras do período, e suas façanhas permitiram a criação de imagens que foram exploradas pela República. Daí terem suas imagens discutidas no seminário.

Sobre o Estado e suas instituições, houve ainda um conjunto de comunicações referentes às políticas assistencialistas e às formas de atuação da justiça e do controle social. Campo amplamente explorado pela historiografia mais recente, as comunicações surpreenderam tanto pelo enfoque, quanto pela exploração de novas fontes. Os presídios, por exemplo, estão começando a ser mais investigados pelos pesquisadores. A implantação, a administração e seus funcionários, os presos e o cotidiano destas unidades revelam meandros do processo de construção de sistemas prisionais de cidades como o Rio de Janeiro, da colônia até os primeiros anos da República. O sistema educacional, ainda tão pouco pesquisado por historiadores, recebeu uma contribuição significativa no seminário, com estudos que destacaram a implantação da educação de cegos no Brasil e a trajetória do ensino militar.

Se a pobreza hoje nos aflige, os estudos históricos demonstram que seu crescimento já vinha sendo notado no século XIX nos principais centros urbanos do país, gerando estratégias de controle social e preocupando as autoridades públicas constituídas. O cotidiano da pobreza e suas formas de existência naquele período puderam ser apreciados e discutidos nos três dias de seminário. Por outro lado, a criação do aparato de controle social, como sabemos, exigiu a participação intelectuais que influenciaram diretamente as decisões do Estado. Estes, no entanto, embora sofressem a influência do pensamento iluminista, secularizado, também auscultavam o discurso da Igreja, transformando-se esta tese em rico debate.

O direito à cidadania, os espaços religiosos e o envolvimento em movimentos revoltosos dos homens ditos de cor livres e libertos também fizeram parte das comunicações. De um lado, no Rio de Janeiro, os encontramos escrevendo nos pasquins com uma linguagem racializada e tratando de política. Nestas folhas e jornais muitas vezes reclamavam direitos de cidadania e reafirmavam sua identidade étnica nos primeiros anos da Regência. Tais evidências geraram uma série indagações acerca de uma possível racialização do cotidiano - questão discutida sobretudo visando-se à participação dos livres classificados como pardos. Por outro lado, no Recife, as investigações salientam o papel desempenhado pelos membros da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos em Recife durante a revolta Praieira, demonstrando participação relevante nas demandas da política local.

A escravidão foi tema recorrente em diversas comunicações. Problematizaram-se as formas de emancipação possíveis no século XIX. Desde a tipologia das alforrias registradas em cartórios até as formas patrocinadas pelo movimento abolicionista. A alforria no sacramento do batismo dos filhos de escravas trouxe-nos informações sobre um costume pouco estudado na historiografia sobre o assunto. Por outro lado, também aqui encontramos a presença de trabalhos que versam sobre a escravidão no Sul, analisando as relações de trabalho nas últimas décadas do século XIX e a participação desses indivíduos no processo de abolição.

A movimentação dos cativos lutando em prol pela liberdade, ou pelo que entendiam enquanto tal, antes e após a abolição, foi assunto igualmente freqüentado nas comunicações sobre o tema, estabelecendo-se diálogo com autores que tratam do mesmo assunto para diferentes regiões do país. Após o fim do tráfico de escravos, em 1850, as pesquisas apontam para a possibilidade de os cativos usarem as dificuldades enfrentadas pelos proprietários de forma a [buscarem negociarem ~]]] espaços mais favoráveis no cativo e direitos junto aos senhores, traçando a passos largos o caminho para a abolição definitiva.

O fim do trabalho escravo também pode ser analisado através da imprensa abolicionista. Lá estavam os próceres do abolicionismo defendendo as suas posições em jornais e procurando através deles seduzir um número cada vez maior de seguidores. Em seus discursos podem ser reconhecidos os projetos que tinham para a massa escrava liberta e as opiniões que teciam sobre os futuros alforriados. Para o pós-abolição, tivemos comunicações que retrataram espaços de trabalho de maioria negra e as organizações operárias que se firmaram na virada do século XIX para o XX, como foi o caso do serviço da estiva no porto do Rio de Janeiro. Ainda no que diz respeito às primeiras décadas do XX, os pesquisadores examinaram a atuação de intelectuais que se debruçaram sobre o problema da construção de uma "identidade brasileira", caminho que os levou a investigar também a participação dos valores culturais de homens e mulheres afro-descendentes na composição do país. No âmbito da história cultural, debateu-se a possibilidade da existência de uma identidade "afro-carioca", levando-se em conta aspectos do cotidiano, como a música popular .

Outro tema privilegiado pelos estudiosos foi a participação dos imigrantes no processo de colonização de algumas regiões. Tratou-se especificamente dos alemães, que desempenharam atividades de cônsules, mercenários, comerciantes, artífices etc, migrando para o país já no início do século XIX. Por sua vez, a influência da imigração portuguesa foi discutida sob vários aspectos, desde a importância no mercado de trabalho até a sua influência no teatro brasileiro. Parte do que

temos ainda hoje nos palcos guardam elementos - como a fragilidade da dramaturgia - da cena lusitana. A população indígena também foi lembrada durante o seminário. A resistência à conquista dos seus aldeamentos e à destruição de sua cultura, entre o final do século XVIII e XIX, mostrou a dificuldade enfrentada pelos índios, quando estes se depararam com a alteridade dos ditos homens civilizados do Rio de Janeiro.

Cabe ainda acrescentar que boa parte deste Brasil dos Oitocentos foi-nos descortinado através da pesquisa em testemunhos produzidos por artistas - aos quais muitas vezes denominamos viajantes - que para cá vieram no início do século XIX. Neste sentido, a obra de Debret serviu de base para que se constituísse um pensamento sobre o país. O relato apresentado é tão somente uma pequena prestação de contas, por assim dizer, das discussões realizadas durante o primeiro evento promovido pelo CEO e que teve lugar na UFF, nos dias 22, 23 e 24 de abril passado. Temas e problemas aqui tratados certamente serão aprofundados no próximo encontro do CEO, no Simpósio Temático "Entre escravos, migrantes e livres pobres: questões de identidade, liberdade e cidadania nos oitocentos", que acontecerá no XXII Simpósio Nacional de História, que acontecerá de 20 a 25 de julho de 2003, na UFPB João Pessoa PB.

Prof. Alvaro Pereira do Nascimento (UFRJ),
pela Comissão Executiva do 1º Seminário Regional do CEO